



O REDESENHO DO MUNDO

Denis Lerrer Rosenfield *

Após a invasão da Ucrânia pela Rússia, o ataque de Hamas a Israel, assim como a reação desse Estado redesenhando completamente o mapa do Oriente Médio, e a eleição de Trump, observamos o colapso da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências; nenhuma instância supraestatal conseguindo se impor. No caso específico da ONU, seu colapso se deve a ter sido apropriada por grupos de esquerda, alinhados ao terror islâmico e ao Irã e seus satélites, expondo um Ocidente europeu desorientado, sem saber o que fazer. Tal cenário coloca, assim, questões estratégicas, relativas a como países europeus, ideologicamente alinhados aos Democratas nos Estados Unidos da América (EUA), conduziram suas relações internacionais e suas concepções de defesa.

O CONCEITO DE ESTADO

Preliminarmente, há um problema central, relativo ao conceito de Estado e, mais especificamente, à sua atuação geopolítica. Estados são vontades particulares, cada uma afirmando, conforme sua visão específica, suas respectivas individualidades, sendo um acordo entre elas algo fortuito, em todo caso, não obrigatório nem coercitivo. Pode perfeitamente ocorrer que Estados prefiram a paz

em vez da guerra como modo de preservação de seus próprios interesses e valores, porém, mesmo aí, o arbítrio de cada um não pode ser eliminado. Segue-se, então, que não pode haver um “pretor” internacional, tipo ONU, uma força maior, que se imporia aos Estados individuais, na medida em que nenhum Estado renuncia, senão submetido pela violência, à sua soberania, permanecendo essa intocável, um bem maior.

Estados agem “naturalmente” segundo interesses materiais, prestígio, sua noção específica de bem para si, em detrimento de outros Estados. Visam, neste sentido, apoderar-se dos bens de demais Estados, traduzindo-se normalmente pela conquista de territórios e submissão de sua população. Ocorre, porém, que o que vale para um Estado vale igualmente para os outros, instaurando-se um estado de conflito latente ou explícito. Todos querem diferentemente as mesmas coisas, agindo segundo a sua cobiça natural. Ora, o limite de ação de cada Estado individualmente considerado é o da ação de outro(s) Estado(s), que age(m) conforme os mesmos princípios, entrando aqui em pauta o princípio da “razão natural”, segundo o qual cada Estado procuraria, na guerra, a sua própria preservação.

A relação entre Estados caracteriza-se pela violência recíproca, virtual ou potencial, esses

interesses conflitantes podendo irromper a qualquer momento, em conflito aberto. Ou seja, o medo é constitutivo da relação natural entre Estados, mesmo quando ele parece desaparecer do horizonte, em situações de ausência de conflitos maiores que se estabelecem em um longo período de tempo. Períodos de “paz” prolongada tendem a produzir um olhar enviesado das relações internacionais, como se a guerra tivesse se tornado um mero evento passado, que não mais se reproduziria. Contudo, a violência e o medo nunca cessam de estar presentes, por mais que governantes desavisados não queiram vê-los. Desconhecer uma doença não implica a sua cura. Pelo contrário, ela não cessa de se desenvolver. Incúria também produz consequências.

Logo, cada Estado deve sempre estar preparado para um conflito maior, sob pena de sucumbir à cobiça de outro que soube fazê-lo, ensinamento esse que as lideranças políticas brasileiras ainda não souberam aplicar. Encarar o medo e preparar-se para a violência tem como condição Forças Armadas fortes, indústria de defesa pujante e poderio econômico nas áreas industriais, cibernéticas, digitais e agricultura e pecuária. O efeito dissuasão é importante para evitar ações de ataque aos territórios de cada Estado, assim como em relação a qualquer forma de bloqueio físico, sanitário ou ambiental. Atualmente, os EUA introduziram questões tributárias como formas de coerção. Não podemos esquecer que sanções ambientais e sanitárias podem igualmente fazer parte das estratégias de Estados mais fortes, que procuram, assim, fazer valer os seus interesses, apesar de o

fazerem sob o manto de considerações ditas “progressistas”. E Forças Armadas fortes pressupõem qualificação específica, hierarquia, uma indústria de defesa capaz de suprir as necessidades nacionais e além delas via exportação, saber usar o efeito dissuasório, preparar-se para o ataque e a defesa e um desenvolvimento científico e tecnológico especificamente voltado para a indústria militar.

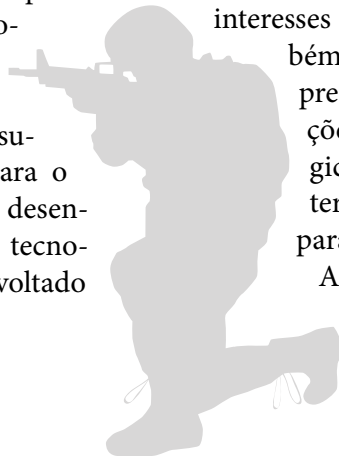
“O efeito dissuasão é importante para evitar ações de ataque aos territórios de cada Estado”

A condição de preservação dos Estados consiste na conservação da integralidade de seus respectivos territórios. Um Estado que deixa de proteger as suas fronteiras, terrestres e marítimas, perde uma condição de sua existência. Trata-se de uma condição *sine qua non* de sua existência. Desta maneira, são preservados os seus bens materiais e, sobretudo, suas riquezas naturais, atualmente exploradas ou não. Um Estado não pode perder as condições de sua existência, assentadas em seu poderio econômico, sem o qual nem suas Forças Armadas podem ser adequadamente mantidas. Se esses elementos fundamentais de existência do Estado não forem conservados, a sua tradução será tornar-se ele presa de Estados inimigos ou simplesmente adversários, concorrentes.

O SIGNIFICADO DA PAZ

Logo, o que significa a paz? Normalmente tenderíamos a dizer ausência de guerra, isto é, sua definição é dada por sua oposição. Por mais que se persiga a “paz”, ela sempre dependerá do consentimento dos Estados que a seguirem, sempre e quando garanta a satisfação de seus interesses. Assim, alguns vieram a acreditar que o comércio internacional poderia vir a ser uma substituição definitiva da guerra por intermédio de acordos internacionais, consubstanciados em regras, denominadas de “leis”. Ocorre, contudo, que os Estados, assim como as pessoas, não agem apenas pelo que consideram como interesses comerciais, mas também por situações de prestígio ou por concepções religiosas ou teológico-políticas, acreditando ter uma missão a cumprir para além de seu território.

Ademais, o que um Estado entende como o



seu “bem” próprio não é visto da mesma maneira por um outro Estado, portanto por outra noção de “bem”, sendo uma noção relativa à cada pessoa ou Estado. Quando essas noções conflitivas de bem forem percebidas pelas partes como insustentáveis ou escusas, o resultado será a irrupção da violência, fazendo explodir os marcos institucionais internacionais vigentes, instaurando a “lei do mais forte”, a imposição da vontade pela força. Foi o que fez a Rússia na Ucrânia, à revelia de qualquer tratado internacional, invadindo militarmente o território desse país, e Trump, reafirmando a “lei do mais forte” nas relações internacionais. Os Estados mais poderosos, como EUA, Rússia e China, apesar de suas nuances, estão simplesmente restabelecendo a “lei do mais forte” ao arrepio de qualquer instância supraestatal. E o bem maior para cada Estado, além da preservação de sua própria existência, consiste na conservação de suas posições internas e externas de poder. Eis o aprendizado que o Brasil deveria fazer e não apenas, sem nenhuma eficácia, ficar reclamando que acordos internacionais anteriores não foram respeitados. Até a observação de acordos exige uma forte postura diplomático-militar.

A SONOLÊNCIA ESTRATÉGICA EUROPEIA

Pense atualmente no espírito e nas condições dos Estados europeus que, diante da invasão da Ucrânia pela Rússia, encontram-se diante de uma ameaça real, a guerra batendo às suas portas. Ocorre que durante décadas escolheram a submissão ao guarda-chuva militar e nuclear americano, podendo dedicar-se somente ao bem-estar material de sua população. Descuidaram-se da defesa, como se a guerra tivesse desaparecido. Viviam e vivem em um mundo ficcional. Agora, foram acordados bruscamente, sendo ameaçados e não dispendo por si mesmos de condições adequadas de defesa.

“Estados mais poderosos, como EUA, Rússia e China, apesar de suas nuances, estão simplesmente restabelecendo a ‘lei do mais forte’ ao arrepio de qualquer instância supraestatal”

Eis o esforço descomunal que deverão fazer nos próximos anos, devendo, para isso, adquirir um novo espírito. Não são suficientes o rearmamento e a qualificação militar se não vierem acompanhados de uma nova mentalidade. Uma coisa é a questão técnica, outra a espiritual.

Na verdade, a Europa compreendeu, equivocadamente, as relações interestatais na perspectiva do reduzido número de países que vieram a constituir a União Europeia. Mantiveram a velha concepção, ultrapassada pelos fatos, de ser o centro do mundo. Apesar de seu número ser significativo conforme uma visão europeia, o mesmo não ocorre se a olharmos sob uma perspectiva mundial. A sua ideia, naquele então, estava voltada para a não repetição de sua história do século 20, quando a ideia iluminista de um progresso cultural tinha se espatifado em Auschwitz e na alta mortandade dessas duas últimas guerras. A violência tinha mudado de patamar. A criação da União Europeia foi pensada como um “não” à repetição dessa violência, com as potências beligerantes de então, sobretudo França e Alemanha, entrando em uma estreita cooperação econômica e, posteriormente, política, institucional e financeira, com a adoção de uma moeda comum.

Contudo, esse setor da Europa Ocidental, hoje expandindo-se para a Oriental, terminou por representar-se como sendo uma sinalização para a história mundial, abrindo-se, assim, a uma nova perspectiva de relações internacionais assentada na realização da paz. A Europa viu-se como a concretização dessa nova era, dessa nova possibilidade de redução quase a zero de outra guerra. Acontece que, ao levar adiante esse projeto, abandonou a sua própria segurança, não criando nenhum Poder Militar supraestatal, permanecendo esse principalmente em mãos isoladas da França e do Reino Unido, que nem se aproximam dos poderios americano e russo.





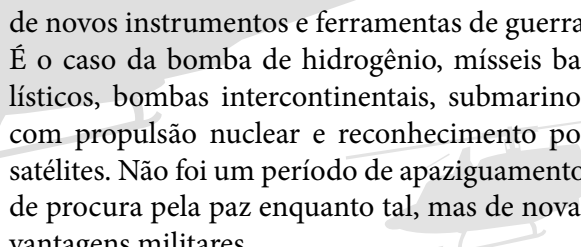
Apesar de ter conseguido eliminar o grande contencioso militar entre a Alemanha e a França, a União Europeia deixou como tarefa americana a de cuidar da União Soviética, através da criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). É como se a União Soviética e, posteriormente, a Rússia não fizessem parte do continente europeu, principalmente sua parte ocidental, a relevante em sua própria história.

Havia uma espécie de união ocidental, culturalmente falando, à qual a Rússia só se encaixaria dificilmente; em todo caso, o problema estaria sendo relegado a um futuro indeterminado, cabendo aos EUA encarregar-se das tarefas do presente, a saber, de sua defesa. Ao fazê-lo não deixou de abdicar de parte de sua soberania, pagando hoje o seu preço. Apostaram inclusive, sobretudo a Alemanha, em uma cooperação econômica com a Rússia, principalmente no setor do gás e, mesmo aqui, tornou-se ele também um instrumento de negociações que terminaram por envolver questões de soberania. Pensaram que a globalização, em seu estilo liberal, teria vindo para ficar, capaz de absorver irrupções potenciais de violência. Errou a Europa ao considerar a Rússia como ocidental de uma ou outra maneira; errou ao descartar uma outra guerra europeia como possível; errou ao não se armar adequadamente. Errou ao delegar a sua defesa aos EUA. Curiosamente, os governos de esquerda hoje, a partir da era Trump, falam com nostalgia desta época liberal, quando

foram dela acerbos críticos. Considera ainda o novo presidente americano que a defesa da Europa não é função sua, dos contribuintes americanos, mas dos europeus. Cabe ao Brasil não errar se não quiser ter no futuro problemas geopolíticos semelhantes.

EQUÍVOCO HISTÓRICO

O período entre 1945 e 2025 foi compreendido, equivocadamente, como um período de paz, fruto sobretudo de um acordo entre as potências vencedoras da 2ª Guerra, em particular os EUA, a União Soviética e o Império Britânico, então já em franca decadência. Tal acordo resultou na criação da ONU, em 1946, e, posteriormente, de outras agências internacionais. Sua instância máxima foi o Conselho de Segurança em que os seus membros permanentes tinham e têm poder de veto. Desta maneira, estabeleceu-se um equilíbrio entre essas potências, tendo, como pano de fundo, o equilíbrio militar e o nuclear. Tratou-se de criar instituições que validassem o equilíbrio obtido, procurando evitar uma nova eclosão da guerra, apesar de ela estar sempre à espreita. No entanto, se as guerras, agora revolucionárias, se desenvolveram nesse período na parte sul do planeta, daí não se segue que, na parte norte, houvesse uma redução dos orçamentos militares. Pelo contrário, ocorreu um enorme incremento desses gastos militares e o desenvolvimento e a inovação



de novos instrumentos e ferramentas de guerra. É o caso da bomba de hidrogênio, mísseis balísticos, bombas intercontinentais, submarinos com propulsão nuclear e reconhecimento por satélites. Não foi um período de apaziguamento, de procura pela paz enquanto tal, mas de novas vantagens militares.

As forças militares oponentes, no Pós-Guerra, foram representadas pela OTAN e pelo Pacto de Varsóvia, assegurando as conquistas militares da 2ª Guerra, sobretudo a ocupação pelos soviéticos dos países do Leste Europeu. O equilíbrio nuclear, por sua vez, estava baseado na dissuasão que EUA e União Soviética exerciam um sobre o outro. Ambos se contiveram por um medo maior, o de uma hecatombe nuclear, de consequências aterradoras para todo o planeta. O próprio nome de “guerra fria” sinaliza que não deixamos de estar diante da guerra, diante de uma violência virtual, sempre possível, o que significa dizer que o período de “paz” foi o de uma guerra contida, uma “guerra retardada”, que não se traduziu por uma redução dos arsenais militares e nucleares, embora desse último alguns avanços tenham sido feitos. De “fria” poderia se tornar “quente” a qualquer momento.

Penso ser quase uma licença de linguagem dizer que tratou-se de um período de paz, visto que o desmoronamento da União Soviética e a queda do Muro de Berlim só aconteceram a partir do 1989, com a derrocada do comunismo, que sucumbiu, mormente, devido às suas contradições internas. Ora, o período que se diria de paz só pode ser considerado corretamente como compreendendo o intervalo entre 1989 e 2022 (data da invasão da Ucrânia pela Rússia), logo um período extremamente pequeno do ponto de vista histórico, apesar de seu predomínio na opinião pública mundial, que se encontra, por isso mesmo, ainda mais perplexa depois da eleição de Trump nos EUA. Não que outras guerras e conflitos não tenham ocorrido nesse curto espaço de tempo, mas não no teatro europeu ocidental. Pense nas guerras do Sudão, Lí-

bia, Somália, Golfo, Iugoslávia, Ruanda, Chechênia, Líbano, Gaza, Afeganistão e Iraque. Contudo, essas guerras afetaram somente lateralmente a opinião pública mundial e quando o fizeram foi por um curto espaço de tempo, não alterando a geopolítica mundial de uma forma essencial.

Torna-se, portanto, imperioso para o Brasil repensar a sua estratégia de defesa em sua inserção nesse novo cenário geopolítico. Apostar em alinhamentos ideológicos é o caminho mais seguro para a perda de soberania. Acreditar na benevolência dos Estados constitui um erro crasso.

“Torna-se, portanto, imperioso para o Brasil repensar a sua estratégia de defesa em sua inserção nesse novo cenário geopolítico.”

Crer na boa fé de interlocutores é temerário. O Brasil tem dimensões continentais, fronteiras enormes de difícil vigilância, riquezas naturais das mais importantes do mundo. Tornou-se

um celeiro internacional, além de poder tornar-se uma potência ambiental, algo cada vez mais importante. Eleições se aproximam, podendo elas representar uma oportunidade de introduzir questões estratégicas em programas políticos. O Brasil teve historicamente a sorte de não ter litígios fronteiriços maiores, em uma época em que a proximidade territorial era o mais relevante. Hoje, questões de espaço foram reduzidas digitalmente, o que acontece em um lugar do mundo aparece simultaneamente em outro, questões financeiras, econômicas, militares, diplomáticas, religiosas e de ideias em geral apresentando-se instantaneamente nos *iPhones* de cada um. A imensa costa brasileira é rica em petróleo, gás, minerais dos mais distintos tipos, agora raros também, sendo a sua defesa uma obrigação nacional. Tudo é objeto de cobiça. Quem não souber defender-se, sucumbirá aos ataques. O Brasil precisa acordar. ■

* Escritor e colunista

